

PODER

Aval para pedido de extradição

Moraes manda notificar Ministério da Justiça para solicitar aos Estados Unidos que entreguem Ramagem, condenado na trama golpista

» ALÍCIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA
» PEDRO JOSÉ*

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ao Ministério da Justiça que formalize o pedido de extradição do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ). Condenado na trama golpista, o parlamentar fugiu para os Estados Unidos.

Na decisão, Moraes manda que a “Secretaria Judiciária remeta ao Ministério da Justiça e Segurança Pública os documentos necessários para formalizar o pedido de extradição”.

O ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) fugiu do país em setembro para evitar o cumprimento da pena de 16 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. De acordo com as investigações, ele cruzou a fronteira com a Guiana por Roraima, sem registro oficial de saída do país. O parlamentar embarcou em um voo no aeroporto internacional de Georgetown, capital da Guiana, com destino a Miami. Conforme a Polícia Federal, ele deu entrada em solo norte-americano usando passaporte diplomático.

A expectativa é de que o processo de cassação de Ramagem seja analisado pelo plenário da Câmara nesta semana. Ontem, o líder do PL na Casa, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que Ramagem só considera renunciar ao mandato caso consiga asilo político nos Estados Unidos.

Segundo Sóstenes, Ramagem não pretende deixar o cargo de forma imediata, mesmo que a Mesa Diretora decida pautar a perda de mandato nos próximos dias. A estratégia — segundo ele

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Fugitivo da Justiça, Ramagem está nos EUA desde setembro, após ser condenado a 16 anos de prisão por atentar contra a democracia

Perda do mandato

Uma das consequências da condenação é a perda do mandato. Ao certificar o fim do processo, o ministro Alexandre de Moraes mandou notificar a Câmara dos Deputados para destituir Ramagem, o que ainda não foi feito. Na última quarta, o presidente da Câmara, Hugo Motta, notificou o deputado, por meio de edital, para que se manifeste no processo de cassação.

— está diretamente ligada ao andamento de um pedido de asilo no exterior, que o deputado avalia apresentar ou reforçar ao longo de 2026. “Ele só considera renunciar caso seja bem-sucedido no pedido de asilo político”, reiterou o líder partidário.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que o caso deverá ser levado ao plenário. O PL sustenta que reúne votos suficientes para barrar a cassação, repetindo a articulação que evitou, em plenário, a perda do mandato da deputada Carla Zambelli (PL-SP).

Nos bastidores, porém, aliados reconhecem que uma eventual manutenção do mandato pode ser novamente questionada e invalidada pelo STF, a exemplo do que ocorreu em outros casos envolvendo condenações criminais, como o de Zambelli.

Além de atuar pela rejeição da cassação, o partido tenta adiar a análise do processo, defendendo que o caso seja inicialmente encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o que postergaria a decisão final.

* Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa



Está tramitando pedido de asilo político nos Estados Unidos, e por isso é importante para ele a manutenção do mandato"

Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), deputado, sobre Ramagem

Ocupada vaga de Zambelli

Após a renúncia da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), formalizada no último domingo, a Câmara empossou, ontem, Adilson Barroso (PL-SP). Ele assume o mandato em meio à condenação judicial que resultou na perda do cargo da parlamentar.

Na última quinta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a perda imediata do mandato de Zambelli e a convocação do suplente, anulando, assim, a decisão do dia anterior, tomada pela Câmara, de rejeitar a cassação da parlamentar.

O advogado Fábio Pagnozzi, que defende Zambelli, afirmou ao Correio que a renúncia ao mandato foi uma decisão estratégica, discutida previamente entre ele e Zambelli, como forma de evitar a cassação e reduzir o desgaste institucional entre o Legislativo e o Judiciário.

Segundo Pagnozzi, a medida foi considerada “a maior vitória” possível para a defesa no cenário enfrentado pela deputada. “Ela saiu por cima, com a consciência tranquila de que não foi cassada pelos pares, mas perseguida pelo Judiciário”, afirmou.

De acordo com o advogado, a possibilidade de renúncia já havia sido tratada no próprio dia da reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pagnozzi ainda criticou a condução do processo na Casa, afirmando que Zambelli não teria sido formalmente notificada para participar da sessão, assim como a própria defesa. (AB e DR)

Quando Brasília nasceu, o Correio já estava com a palavra.

Criado em 1960, no mesmo ano de Brasília, o Correio Braziliense acompanhou cada capítulo da história da cidade e de muitos momentos importantes do país. Em tempos de desinformação, um jornal impresso ainda carrega algo que o digital sozinho não entrega: credibilidade. E mesmo com presença forte nas redes, na versão online e no correiobraziliense.com.br, seguimos firmes no papel, tanto no conteúdo quanto no compromisso. Porque faz toda a diferença ser um jornal de verdade.



www.correiobraziliense.com.br

CORREIO BRAZILIENSE Jornalismo de verdade.